

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS  
EMPRESARIAIS

**IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS  
INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS  
EMPRESAS DO PSI 20**

**Por**

Sandra Maria Almeida de Araújo (n.º 35650)

**Orientação:**

Doutora Cristina Gaio Silva Martins da Silva

**Júri:**

**Presidente:** Doutor Eduardo Barbosa do Couto, professor auxiliar do Instituto Superior de  
Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

**Vogais:** Doutora Cristina Belmira Gaio Martins da Silva, professora auxiliar do Instituto Superior  
de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Mestre Inês Maria Galvão Teles Ferreira Fonseca Pinto, assistente do Instituto Superior de  
Economia e Gestão

**Setembro/2010**

---

## O IMPACTO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS EMPRESAS DO PSI 20

Sandra Maria Almeida de Araújo

Mestrado em: Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais

Orientadora: Professora Doutora Cristina Belmira Gaio Martins da Silva

Provas Concluídas em:

### Resumo

A emissão do Regulamento 1606/2002 da Comissão Europeia impõe, a adopção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) na elaboração das contas consolidadas, às empresas cotadas em bolsa, desde 1 de Janeiro de 2005. Com este trabalho pretende-se saber qual o impacto da aplicação das IFRS nas Demonstrações Financeiras das empresas portuguesas cotadas em bolsa, analisando mais concretamente o Capital Próprio o Resultado Líquido do Exercício das empresas que constituíam o PSI 20 no início de 2005. Os resultados indicam que em média o Capital Próprio sofre um impacto negativo de 4,41% e o Resultado Líquido regista um impacto positivo significativo de 14,61%. As rubricas que sofreram os ajustamentos mais significativos e que contribuíram para os impactos registados foram: as Pensões de Reforma e outros Benefícios aos Empregados, os Activos Tangíveis e Intangíveis e os Impostos Diferidos.

Palavras-chave: Harmonização Contabilística, IFRS, SNC, Capital Próprio, Resultado Líquido do Exercício, Ajustamentos.

JEL Classification System: M 41

## THE IMPACT OF INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS APPLICATION ON COMPANIES FROM PSI 20

Sandra Maria Almeida de Araújo

Master in: Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais

Adviser: Professor Cristina Gaio Silva

Concluded in:

### Abstract

Regulation 1606/2002 of the European Commission requires the adoption of *International Financial Reporting Standards* (IFRS) in the preparation of private companies' consolidated financial statements, starting in January 2005. This study examines the impact of IFRS on the financial statements of Portuguese major companies. Specifically, I study the impact on shareholder's equity and net income. I find a negative effect on shareholder's equity of 4,41% and a significant positive effect on net income of 12,61%. The most important adjustments are observed in pensions and other benefits to employees, tangible and intangible assets, and tax deferred.

Keywords: Accounting Harmonization, IFRS, SNC, Implementation of IFRS, Shareholder's Equity, Net Income, Adjustments

JEL Classification System: M 41

## Índice

|  |    |
|--|----|
| Resumo.....  | 2  |
| Abstract .....   | 3  |
| Lista de Quadros e Figuras .....   | 5  |
| Agradecimentos.....  | 6  |
| Introdução.....  | 7  |
| 1 – Harmonização Contabilística .....  | 10 |
| 1.1 - Harmonização Contabilística a Nível Europeu .....                                | 12 |
| 1.2 - Harmonização Contabilística em Portugal.....                                     | 16 |
| 1.3 - Aplicação pela Primeira Vez das IFRS .....                                       | 19 |
| 2 – Revisão de Literatura.....   | 23 |
| 3 - Metodologia .....  | 28 |
| 3.1 - Objectivos do Estudo .....   | 28 |
| 3.2 - Caracterização da Amostra .....  | 29 |
| 3.3 - Recolha de Dados e Metodologia .....   | 31 |
| 4 - Análise dos Resultados .....   | 35 |
| 4.1 - Análise do Impacto no Capital Próprio e Resultado Líquido .....                  | 35 |
| 4.2 - Análise dos Ajustamentos efectuados ao Capital Próprio e Resultado Líquido ..... | 42 |
| Conclusão .....  | 47 |
| Bibliografia.....  | 49 |
| Anexos.....  | 54 |

## Lista de Quadros e Figuras

Quadro 1 – Impacto da adopção das IFRS na informação financeira

Quadro 2 – Dados descritivos da amostra (em milhares de euros)

Quadro 3 – Impacto da aplicação das IFRS

Quadro 4 – Impacto da aplicação das IFRS sem a EDP

Quadro 5 – Resultados do teste estatístico à mediana (Teste de Wilcoxon)

Quadro 6 – Impacto da aplicação das IFRS sem o BCP, o BES e o BPI

Quadro 7 – Tipo de ajustamentos com impacto no CP e RL em milhares de euros

Figura 1 – Classificação dos sistemas contabilísticos

Figura 2 – Actividade principal das empresas analisadas no exercício de 2005

Figura 3 – Impacto da aplicação das IFRS

## Agradecimentos

A realização deste trabalho teve o incentivo e colaboração de várias pessoas, às quais quero aqui expressar os meus sinceros agradecimentos.

Começo por agradecer à orientadora deste trabalho, Professora Doutora Cristina Gaio Silva, pelo apoio, dedicação, empenho e disponibilidade, com que sempre me acompanhou ao longo destes meses.

Agradeço ao meu marido que se viu privado da minha companhia, pela força que me deu em todo este caminho e pelo constante amor e carinho.

Agradeço aos meus pais pelo apoio e protecção que sempre me deram. E à minha irmã pela paciência e amizade.

## Introdução

A crescente globalização económica e financeira ocorrida nas últimas décadas reforçou a necessidade de criar uma linguagem universal de contabilidade. O Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento e do Conselho, de 19 de Julho é considerado como um marco decisivo no processo de harmonização contabilística europeia e internacional e, conseqüentemente, um passo importante para a globalização da contabilidade.

Com a aplicação deste Regulamento Comunitário – que obriga as empresas cotadas no mercado de capitais a elaborar as contas consolidadas com base nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS)<sup>1</sup> a partir de 1 de Janeiro de 2005 – espera-se melhorar a comparabilidade e transparência da informação financeira e assim contribuir para um melhor funcionamento do mercado de capitais.

De acordo com a IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, as empresas devem ajustar as suas contas ao normativo internacional. Ajustamento esse que pode ter um impacto relevante no valor do capital próprio. Assim, as empresas tiveram que apresentar as demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2004 segundo os dois normativos, o que permite uma comparação de valores mais apropriada e uma análise mais fiável do impacto da aplicação das IFRS nas Demonstrações Financeiras.

Este trabalho tem como objectivo analisar o impacto da aplicação pela primeira vez das IFRS, em empresas portuguesas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa,

---

<sup>1</sup> Por simplificação, ao longo do trabalho sempre que há referência a alguma IFRS/IAS aparece a designação IFRS.

especificamente nas empresas constituintes do principal índice de referência, o PSI 20 (Portuguese Stock Index)

A principal motivação deste estudo prende-se com o facto de estarmos no primeiro ano de aplicação de um novo sistema normativo, o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), que foi precisamente elaborado com base nas IFRS. Assim, parece importante e oportuno conhecer o impacto da adopção das IFRS nas empresas cotadas portuguesas em 2005, como forma de antecipar o potencial impacto da aplicação do SNC nas restantes empresas portuguesas<sup>2</sup>.

Pretende-se com este estudo, não só quantificar e avaliar o impacto da adopção das IFRS ao nível do Capital Próprio e do Resultado Líquido das empresas, como também identificar os principais ajustamentos responsáveis pelo impacto positivo ou negativo naquelas rubricas.

Os resultados indicam que no total da amostra a adopção das IFRS teve em média, um impacto negativo no Capital Próprio de 12,26% (3.198.795 milhares de euros) e um impacto negativo no Resultado Líquido de 0,01% (224 milhares de euros). Os testes estatísticos revelam no entanto que estes impactos não são estatisticamente significativos.

Os impactos obtidos podem justificar-se essencialmente pelos ajustamentos nas seguintes rubricas: Pensões de Reforma e outros Benefícios aos Empregados, Activos Tangíveis e Intangíveis e Impostos Diferidos.

Embora em termos globais os impactos seja negativos, os resultados empresa a empresa são bastante diversificados. De facto, 55% das empresas sofrem um impacto positivo no Capital Próprio e 80% das empresas aumentam o seu Resultado Líquido com

---

<sup>2</sup> A antecipação do potencial impacto do SNC com bases nos resultados do estudo, deve contudo ser feita com precaução, como será referido ao longo do trabalho.



a aplicação das IFRS. Assim, foram realizadas algumas análises complementares, com variações na composição da amostra, de forma a confirmar a robustez dos resultados iniciais.

A EDP é a empresa com maior impacto negativo em termos absolutos no Capital Próprio e no Resultado Líquido e com um forte peso no total da amostra. Assim, retirando a EDP da análise, mantém-se o impacto negativo no Capital Próprio mas com um valor mais moderado, cerca de 4,41%, e o impacto no Resultado Líquido passa a ser positivo, cerca de 14,61%, e estatisticamente significativo.

Numa análise semelhante à anterior, mas retirando agora as 3 entidades bancárias da amostra: BCP, BES e BPI, verifica-se um impacto negativo no Capital Próprio de 12,61% e um impacto positivo no Resultado Líquido de 2,94%

Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão do impacto nas demonstrações financeiras da adopção das IFRS e, como tal, seja útil a um vasto leque de utilizadores da informação financeira. Espera-se igualmente, que este trabalho complemente os estudos nacionais já elaborados nesta matéria, nomeadamente, através de uma abordagem ao nível de empresa e não só a nível global.

O estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma breve abordagem ao processo de harmonização contabilística a nível europeu e nacional, como forma de enquadramento do estudo. No segundo capítulo é feita uma breve revisão da literatura, evidenciando estudos internacionais e nacionais que analisaram o impacto da aplicação pela primeira vez das IFRS. No terceiro capítulo é descrita a amostra e a metodologia usada. O quarto capítulo apresenta a análise aos resultados e finalmente o quinto capítulo apresenta a conclusão do estudo.

## 1 – Harmonização Contabilística

As profundas alterações ocorridas na conjuntura económica e financeira nas últimas décadas reforçaram a necessidade crescente de harmonização contabilística<sup>3</sup> a nível mundial.

De facto, a globalização dos negócios e dos mercados de capitais; a concentração de actividades empresariais a nível nacional, europeu e mundial (fusões, aquisições e alianças estratégicas); a proliferação de multinacionais e o desenvolvimento de grandes espaços económicos, como por exemplo a União Europeia (UE), criaram a necessidade de uma globalização também a nível contabilístico e de relato financeiro.

O IASB<sup>4</sup> e a UE, têm desenvolvido um papel fundamental na criação da tão esperada harmonização contabilística internacional.

Neste sentido, foi emitido o Regulamento CE nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 - que constitui um marco decisivo na harmonização contabilística europeia e internacional - que obriga as empresas cotadas em mercados na UE a aplicar um conjunto único de normas de contabilidade, as IFRS, na elaboração das suas contas consolidadas.

De acordo com Ding, Jeanjean e Hervé (2005), a harmonização contabilística internacional tem como objectivos transmitir informação de qualidade aos seus

---

<sup>3</sup> Pode ser definida como, um “processo que visa reduzir as diferenças nas práticas contabilísticas aplicadas nos diversos países, de modo a atingir a comparabilidade da informação financeira”, Guerreiro (2006), pp. 9.

<sup>4</sup> O IASB é um organismo internacional privado, sediado em Londres, com a função de conceber e publicar normas de contabilidade e de relato financeiro – IFRS, promover a sua aceitação e contribuir para a harmonização contabilística.

utilizadores de forma a garantir a eficiência dos mercados, reduzir o custo de produção de informação e transmitir uma imagem única e fiável para o mercado.

As IFRS são normalmente consideradas como um conjunto de normas de qualidade, cuja aplicação deverá contribuir para um relato financeiro mais credível e fiável e, consequentemente, melhorar a eficiência e eficácia dos mercados financeiros.

Ball (2005), sublinhando os objectivos anteriormente referidos, enuncia como vantagens da aplicação das IFRS:

- Maior segurança e fiabilidade na informação para os investidores, dado que as IFRS são de fácil compreensão e mais rigorosas que as normas nacionais;
- Redução da assimetria de informação entre analistas e investidores, pois melhor qualidade e compreensão de informação reduz a procura a analistas profissionais;
- Maior comparabilidade entre empresas de vários países, com a eliminação dos custos de processamento de informação.

Espera-se que a harmonização contabilística contribua para a comparação e uniformização da informação contabilística tão desejável, quer entre países, quer entre empresas, facilitando desta forma tanto a sua leitura, por parte dos diferentes utilizadores, como também a sua preparação, por parte de quem a prepara. Por exemplo, no caso das multinacionais, é necessária a elaboração de relatórios financeiros para o país de origem, de acordo com as respectivas leis e práticas contabilísticas, bem como é necessário que os utilizadores da informação financeira sejam obrigados a ter conhecimento aprofundado do sistema contabilístico de vários países.

No entanto, existem obstáculos à aplicação das IFRS, dado a diversidade de sistemas e práticas contabilísticas e de outros factores institucionais que podem afectar o objectivo da harmonização contabilística. Nomeadamente, a inexistência de uma entidade

reguladora eficaz no domínio da contabilidade em alguns países; e os elevados custos inerentes ao processo de mudança para um novo normativo contabilístico (formação do pessoal, software, etc.), mais difíceis de suportar pelas pequenas e médias empresas do que pelas grandes, podem constituir sérios obstáculos à harmonização contabilística na prática.

Espera-se contudo que os benefícios da harmonização contabilística consigam superar os eventuais custos e esforços suportados, alcançando uma maior fiabilidade e entendimento da informação financeira a nível internacional e, consequentemente, maior estímulo ao investimento, simplificação e redução de custos na obtenção de financiamento em mercados internacionais e simplificação do trabalho contabilístico das empresas multinacionais e noutros agentes envolvidos (por exemplo, os auditores).

### 1.1 - Harmonização Contabilística a Nível Europeu

A criação do mercado único europeu e a consequente livre circulação de capitais, aumentou a necessidade da utilização de um conjunto único de normas de contabilidade, de forma a garantir a comparabilidade da informação prestada pelas empresas das diversas jurisdições, bem como assegurar a qualidade dos reportes financeiros e garantir aos investidores que a informação disponibilizada é comparável, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ao longo das últimas décadas, a UE tem desenvolvido esforços no sentido de aumentar a harmonização contabilística no espaço europeu, enfrentando as diversas culturas e práticas contabilísticas dos diversos países, através da emissão de Directivas Comunitárias e de Regulamentos Comunitários.

A Quarta Directiva (Directiva 78/660/CEE), e a Sétima Directiva (Directiva nº83/349/CEE), que estabeleceram, respectivamente, os requisitos mínimos em matérias de elaboração das contas anuais e das contas consolidadas, constituíram marcos decisivos no processo de harmonização contabilística europeia.<sup>5</sup>

Com a apresentação pela Comissão Europeia, em Novembro de 1995 do documento: *“Harmonização contabilística – uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional”*, foi visível o contínuo interesse da UE na harmonização contabilística a nível europeu.

Em Novembro de 2000, e tendo em conta as necessidades das sociedades cujos títulos negociados publicamente em bolsa de valores utilizassem as normas emitidas pelo IASB, surge um novo documento em substituição do referido anteriormente: *“Estratégia da UE para o futuro do relato financeiro para as empresas”*.

O Regulamento (CE) 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, veio então obrigar, à apresentação das demonstrações financeiras consolidadas com base nas IFRS e interpretações conexas (SIC/IFRIC), por parte de todas as empresas cotadas a partir de 1 de Janeiro de 2005, e é facultada aos estados membros a possibilidade de permitirem ou exigirem a adopção das IFRS para as restantes empresas.<sup>6</sup>

Sendo assim, caso as empresas com acções cotadas não antecipem a data de implementação para 2004, têm de apresentar pela primeira vez as suas demonstrações

---

<sup>5</sup> No entanto, cada país adaptava-se à sua maneira às Directivas Comunitárias, originando informação nem sempre homogénea e comparável

<sup>6</sup> Até ao momento existem 41 IAS, 8 IFRS, 33 SIC e 17 IFRIC, adoptadas pela UE.

financeiras em IFRS no primeiro trimestre de 2005. Isto obriga à apresentação de comparativos na mesma base, e sendo o ano base 2005, os saldos de abertura de 2004 (o Balanço de 31 de Dezembro de 2003) deverão estar determinados nessa base. Já no exercício de 2004 as empresas apresentam uma reconciliação dos efeitos de adopção das IFRS nos Resultados Líquidos e Capitais Próprios, sendo possível ter uma ideia da situação patrimonial à luz das IFRS.

Este Regulamento contém 11 artigos:

1. Objectivo – adoptar as IAS na Comunidade com vista à harmonização da informação financeira;
2. Definições – de IAS, IFRS, SIC, IFRIC e IASB;
3. Adopção e utilização das normas internacionais de contabilidade – as IFRS só podem ser adoptadas se satisfizerem alguns critérios (relevância, fiabilidade, comparabilidade, ...);
4. Contas consolidadas de sociedades cujos títulos são negociados publicamente – devem adoptar, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as IFRS na preparação da informação financeira;
5. Opções relativas às contas anuais e às sociedades cujos títulos não são negociados publicamente – os Estados Membros podem permitir ou exigir que as entidades referidas no art. 4º preparem as suas contas individuais, e quaisquer outras sociedades que não as referidas naquele artigo, preparem as suas contas individuais ou consolidadas de acordo com as IFRS;
6. Comité de Regulamentação Contabilística;
7. Relatórios e coordenação – respeitam à coordenação da Comissão com o IASB;

8. Notificação – da opção por parte de qualquer dos países das disposições referidas no art.º 5º;
9. Disposições transitórias;
10. Informação e reexame – A Comissão deve proceder ao reexame do Regulamento e efectuar relatório para o Parlamento Europeu e para o Conselho até 1 de Julho de 2007;
11. Entrada em vigor.

Após a emissão do Regulamento nº.1606/2002 da CE, é emitida em 2003 uma recomendação do *Comitte of European Securities Regulators* (CESR), de forma a garantir uma adaptação às IFRS mais fácil e eficaz.<sup>7</sup>

Esta Recomendação, propõe a inclusão no Relatório e Contas de 2003 duma descrição da forma como as empresas cotadas irão realizar a transposição para as IFRS, e no Relatório e Contas do ano seguinte (2004) a inclusão de elementos quantitativos sobre o seu impacto na informação financeira do ano corrente.

Tendo em conta, que a transição, em 2005, para as IFRS constituiu um importante desafio para as empresas cotadas nos mercados europeus, o CESR tentou antecipar este desafio, propondo que as empresas começassem em 2004, a prestar informação sobre o impacto desta alteração. Desta forma os investidores teriam informação antecipada sobre o impacto potencial da adopção dos IFRS.

Um estudo efectuado pelo Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW) em 2007 “*EU Implementation of IFRS and Fair Value Directive*”,

---

<sup>7</sup> CESR (Comité Europeu da Autoridades de Regulamentação dos Mercados Europeus de Valores Mobiliários), organização representada pela CMVM em Portugal.

demonstra que a maioria dos principais *stakeholders* da informação financeira, consideraram que com a adopção das IFRS existe uma melhoria da qualidade da informação financeira prestada pelas empresas, tal como se pode observar no Quadro 1.

**Quadro 1 – Impacto da adopção das IFRS na informação financeira**

| Stakeholder  | Acréscimo de qualidade | Decréscimo de qualidade |
|--------------|------------------------|-------------------------|
| Investidores | 63%                    | 24%                     |
| Preparadores | 60%                    | 14%                     |
| Audidores    | 80%                    | 8%                      |

Fonte: «EU Implementation of IFRS and Fair Value Directive» (2007), *Institute of Chartered Accountants in England and Wales*.

## 1.2 - Harmonização Contabilística em Portugal

Tradicionalmente, o sistema contabilístico português é classificado como pertencente ao grupo de países com influência continental europeia. Segundo a classificação de Nobes e Parka (1998), o sistema contabilístico nacional seria enquadrado no Bloco Continental tal como se vê na Figura 1.

**Figura 1: Classificação dos sistemas contabilísticos**

| Bloco Continental   | Bloco Anglo-saxónico  |
|---|---|
| Direito Romano  | Direito Inglês  |
| Regras gerais de aplicação  | É tudo visto caso a caso, não há regras                             |
| Pequeno mercado de capitais   | Grande e desenvolvido mercado de capitais                           |
| Profissão de contabilista recente e com pouco poder   | Profissão de contabilista é importante e antiga                     |
| Contabilidade orientada para o credor   | Contabilidade orientada para o investidor                           |
| Reduzido nível de informação  | Elevado nível de informação   |
| Fiscalidade influencia a contabilidade  | Separação entre contabilidade e fiscalidade                         |
| França, Alemanha, Bélgica, Finlândia, Grécia, Noruega, Suécia, Áustria, Espanha, Holanda, Luxemburgo, Suíça, Portugal e Japão | Reino Unido, Canadá, Austrália, Dinamarca, Irlanda e Estados Unidos |

Fonte: Elaboração própria com base Nobes e Parka (1998).



As empresas portuguesas regiam-se pelo Decreto-Lei nº47/77, de 7 de Fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e criou a Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

O POC, foi sofrendo algumas alterações, pois com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (actual União Europeia) em 1986, teve de se adaptar às Directivas Comunitárias.

Desde 1989 até 2010, muitas alterações ao POC de 1989 foram sendo introduzidas, tais como as referidas no Anexo 1.

Paralelamente, e de forma a dar resposta à necessidade crescente de normalização em áreas não cobertas pelo POC, foram sendo emitidas pela CNC Directrizes Contabilísticas, que são na sua maioria baseadas nas normas do IASB, reflectindo desta forma uma influência anglo-saxónica no sistema contabilístico nacional.

No âmbito do disposto do regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, e na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso 1/2005 do Banco de Portugal, as empresas portuguesas com títulos negociados nos mercados europeus são obrigadas a elaborar contas consolidadas segundo as IFRS adoptadas pela UE a partir de 2005.

O Regulamento nº1606/2002 veio acelerar a necessidade de um novo sistema normativo nacional e a 15 de Janeiro de 2003 o CNC publica o documento “*Projectos de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística*”.

Seis anos mais tarde é aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, um novo sistema de normalização contabilística (SNC), de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2010.

O SNC é apresentado como anexo ao DL nº158/2009, que fica completo com a publicação:

- Modelos de demonstrações financeiras – Portaria nº986/2009 de 7 de Setembro;
- Código de Contas – Portaria nº1011/2009 de 9 de Setembro;
- Estrutura Conceptual – Aviso n.º 15652/2009;
- Normas Interpretativas – Aviso n.º 15653/2009;
- Norma contabilística de Relato Financeiro para Pequenas Entidades - Aviso n.º 15654/2009;
- Normas Contabilísticas de Relato Financeiro – Aviso n.º 15655/2009.

O SNC tem como base as IFRS do IASB, adoptadas pela UE conforme o Regulamento (CE) nº1606/2002, adaptadas à realidade nacional.

“Assim a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões comunitários, de forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as directivas e regulamentos em matéria contabilística da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades específicas do tecido empresarial português.” (Decreto - Lei nº158/2009).

A adaptação das IFRS no SNC baseou-se numa análise custo - benefício, considerando dois parâmetros: a dimensão económica das entidades e as suas necessidades de relato financeiro. Sendo assim o SNC tem dois níveis de normalização contabilística:

1. As entidades dos sectores não financeiros, não obrigadas à aplicação das IFRS, aplicam as 28 Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF);
2. As “*Pequenas Entidades*”<sup>8</sup> adoptam uma única norma – NCRF-PE, previsto no nº1 do art.º9º do DL 158/2009, desde que não tenham as suas contas sujeitas a Certificação Legal de Contas. A NCRF-PE é uma norma que contempla, resumidamente os princípios gerais de reconhecimento, mensuração e divulgação previstos nas restantes NCRF.

Apesar das Directrizes Contabilísticas, absorverem a maioria das orientações padronizadas nas IFRS, a aplicação do novo sistema vai implicar algumas mudanças ao nível da formação do pessoal, da elaboração de um manual de contabilidade, das alterações nos sistemas informáticos e das alterações no planeamento e controlo de gestão.

### 1.3 - Adopção pela Primeira Vez das IFRS

Em Portugal, a adopção das IFRS, implicou algumas alterações face ao POC, na estrutura das Demonstrações Financeiras assim como no reconhecimento e na mensuração de diversos elementos das demonstrações financeiras.

Às primeiras Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRS é aplicada a IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato

---

<sup>8</sup> “A «Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades» (NCRF -PE), que, de forma unitária e simplificada, contempla os tratamentos de reconhecimento, de mensuração, de apresentação e de divulgação que, do cômputo dos consagrados nas NCRF, são considerados como os pertinentes e mínimos a ser adoptados por entidades cuja dimensão não ultrapasse dois dos três limites seguintes: a) total do balanço: € 500.000; b) total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 1 000.000; c) número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20.” (Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho de 2009, pp.4376).

Financeiro. Esta norma exige que as empresas adoptem retrospectivamente os critérios de reconhecimento, de mensuração e as políticas contabilísticas previstas nas restantes normas internacionais.

Assim, as empresas tiveram que reconhecer os activos e passivos requeridos pelas normas específicas, tendo de reconhecer alguns activos e passivos adicionais como, por exemplo, os relacionados com os Benefícios dos Empregados.

Tiveram também que desreconhecer os activos e passivos não permitidos pelas normas específicas do IASB, como por exemplo: Provisões, quando não existe uma obrigação legal ou construtiva, Despesas de Instalação, Activos Intangíveis gerados internamente e Custos diferidos.

Houve também que fazer a re-mensuração de activos e passivos de acordo com as IFRS, nomeadamente:

- Imparidade do Goodwill e outros activos de longa duração – no POC o Goodwill<sup>9</sup> deveria ser amortizado em 5 anos. Mas com a aplicação da IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais, o Goodwill deixa de ser amortizado e passa a estar sujeito a testes de imparidade;
- Activos Financeiros mensurados ao seu justo valor,
- Avaliar a vida útil do Imobilizado Corpóreo.

A IFRS 1 prevê contudo algumas opções de isenção ao tratamento retrospectivo (§12 a §25). É possível escolher todas as isenções, só uma, ou nenhuma. Entre outras, seguem-se algumas isenções:

1. *Concentrações de Actividades Empresariais* – opta-se por não se fazer qualquer ajustamento à data de transição; por se ajustar todas as transacções antes da data

---

<sup>9</sup> Diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e o correspondente valor do Capital Próprio.

de transição; ou por se ajustar uma transição específica, sendo todas as concentrações empresariais subsequentes igualmente ajustadas. Seja qual for a opção escolhida, em 2005 o Goodwill deixa de ser amortizado, é necessário efectuar teste de imparidade ao Goodwill e avaliar os efeitos da inclusão de outras entidades pelo método de consolidação integral;

2. *Justo Valor ou revalorização como custo considerado* – é possível usar para o Imobilizado Corpóreo: o custo apurado de acordo com as IFRS, o justo valor à data de transição como custo integrante, ou o valor reavaliado até 31 de Dezembro de 2003 como custo de aquisição para efeitos de transição, desde que não haja imparidade. Para qualquer das opções é necessário ter em conta que para o justo valor, a reavaliação de 31 de Dezembro de 2003 aumenta as amortizações futuras;
3. *Benefícios aos empregados* – Reconhecer os ganhos e perdas actuariais, previstos no IAS 19 – Benefícios aos empregados, retrospectivamente ou prospectivamente; ou anular os ganhos ou perdas actuariais diferidos à data de transição;
4. *Diferenças de transposição acumuladas* – Ajustamento cumulativo de conversão pode ser anulado. Sendo adoptada esta isenção, deve ser adoptada em todas as filiais e implica a anulação das diferenças de conversão cambial cumulativas;
5. *Instrumento financeiros compostos* – não é necessário identificar os dois elementos de um instrumento financeiro composto se o componente de passivo não existir à data de transição;
6. *Activos e passivos de subsidiária, associadas e empreendimentos conjuntos* – uma filial, uma associada ou um empreendimento conjunto que adopte as IFRS em momento diferente da empresa mãe pode optar por calcular os seus valores de

---

acordo com as IFRS, ou usar os montantes dos seus activos e passivos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da mãe.

A IFRS 1 prevê também algumas proibições no tratamento retrospectivo (§26 a §34 B) como, por exemplo, no cálculo das estimativas efectuadas.

## 2 – Revisão de Literatura

“As sociedades cujos títulos são negociados publicamente devem aplicar um único conjunto de normas internacionais de contabilidade de elevada qualidade, para efeitos da elaboração das respectivas demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, importa que as normas em matéria de apresentação de informações financeiras aplicadas pelas sociedades da Comunidade que participam nos mercados financeiros sejam aceites internacionalmente e constituam normas aplicáveis verdadeiramente a nível mundial. Tal implica um aumento da convergência das normas e regras de contabilidade utilizadas actualmente a nível internacional, com o objectivo último de criar um conjunto único de normas de contabilidade aplicáveis a nível mundial”<sup>10</sup>.

A diversidade de práticas contabilísticas e a crescente necessidade de um conjunto único de normas contabilísticas motivou o aparecimento de diversos estudos, que analisam a aplicação destas normas em diversos países, nomeadamente, o impacto da aplicação pela primeira vez das IFRS.

Hung e Subramanyam (2004), investigaram o impacto da aplicação das IFRS na Alemanha, tendo concluído que o total do Activo, do Capital Próprio, e o Resultado Líquido, são mais elevados ao abrigo das IFRS, sendo a aplicação do Justo Valor, em substituição aos princípios conservadores enfatizado pelas normas nacionais, uma das principais causas das diferenças detectadas.

Perramon e Amat (2006), analisaram as primeiras demonstrações financeiras em IFRS nas empresas espanholas cotadas e não financeiras, identificando como principais

---

<sup>10</sup> Regulamento CE n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002 (CCE, 2002), parágrafo (2).

diferenças entre IFRS e normas espanholas a aplicação do Justo Valor, custos de capitalização e contabilização do Goodwill. Concluíram que a aplicação das IFRS, pode influenciar os Resultados devido à aplicação do Justo Valor e às novas regras para contabilizar o Goodwill e que pode introduzir diferenças relevantes nas demonstrações financeiras das empresas espanholas a nível de capitalização de custos, dos benefícios dos empregados e dos investimentos em empresas associadas.

Stenka, Ormrod e Chan (2008), apresentaram um estudo sobre o impacto da aplicação das IFRS no Reino Unido, mais especificamente no Resultado Líquido e no Capital Próprio das sociedades em análise. Os resultados mostraram que o maior impacto foi ao nível do Resultado Líquido, sendo Goodwill o maior responsável pelos resultados encontrados.

Horton e Serafein (2008), investigaram se a informação requerida pela IFRS 1 (ajustamentos necessários aquando da reconciliação das normas inglesas para as IFRS) tiveram impacto significativo no Reino Unido. Concluindo que se verificam Resultados mais baixos nas IFRS do que nas normas inglesas, e que os ajustamentos relacionados com imparidade do Goodwill, Benefícios dos Empregados e Impostos Diferidos são os mais significativos.

Numa outra perspectiva, muitos outros estudos relacionados com a aplicação pela primeira vez das IFRS foram realizados a nível europeu, para avaliar a relevância dos resultados obtidos, nomeadamente Babalyan (2001) e Bartov (2002).

Babalyan (2001), realizou um estudo onde compara o valor relevante dos resultados das empresas suíças cotadas, calculados com base nas normas suíças e nas IFRS, concluindo que aplicação das IFRS não aumenta o valor relevante dos resultados, quando comparado com as normas suíças.



Bartov e Goldberg (2002), investigaram o valor relevante dos Resultados reportados pelas empresas alemãs que utilizaram as normas nacionais, US-GAAP e as IFRS, concluindo que os Resultados reportados através das US-GAAP e as IFRS têm maior valor relevante que os reportados pelas normas alemãs. Verificaram também não existir diferença estatisticamente significativa entre os resultados elaborados segundo as US-GAAP e as IFRS.

Em Portugal, foram também realizados alguns estudos nacionais e internacionais que analisam o impacto da aplicação das IFRS em 1 de Janeiro de 2005.

Lemos (2006), pesquisou o impacto da aplicação das IFRS no Resultado Líquido e Capitais Próprios em algumas empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa. Os resultados mostram que, com a adopção das IFRS, o Resultado Líquido e o Capital Próprio aumentam. Este aumento deve-se essencialmente a alterações ao nível do Goodwill, Despesas de Instalação e Despesas de Investigação.

Cordeiro, Couto e Silva (2007), analisaram também o impacto da aplicação das IFRS na informação financeira das empresas cotadas portuguesas, concluindo que o Balanço e a Demonstração de Resultados da amostra sofrem conversões contabilísticas relevantes no processo de adopção das IFRS. Com a implementação das IFRS o Capital Próprio diminui em média 3,15% e o Resultado Após Imposto diminui 14,66%.

Gueifão (2007), alarga a análise ao impacto da aplicação obrigatória e pela primeira vez das IFRS nas empresas cotadas a vários países da UE. A análise é elaborada, sobre as demonstrações financeiras consolidadas das empresas cotadas nas principais bolsas de Portugal, Espanha, França, Itália e Reino Unido. Os resultados do estudo mostraram que as empresas francesas e italianas obtiveram um impacto positivo sobre o

Resultado Líquido e sobre o Capital Próprio, contrariamente aos restantes países estudados cujos resultados alternam entre impactos positivos e negativos. Nomeadamente, em Portugal os resultados indicam um impacto médio negativo no Capital Próprio de 7,78% e um impacto médio positivo no Resultado Líquido de 11,42%. Os resultados deste estudo, indicam ainda que as principais normas “responsáveis” pelos resultados obtidos foram a IAS 19 – Benefícios aos empregados e a IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresarias.

Costa (2008), que investiga o impacto da transição para as IFRS sobre a comparabilidade da informação financeira nas empresas cotadas na Euronext Lisboa, conclui que as rubricas de Balanço que apresentaram diferenças significativas face ao normativo nacional foram: Propriedades de Investimento, Activos por Impostos Diferidos, Disponibilidades, Resultado Líquido do Exercício, Interesses Minoritários, Provisões, Dívidas de Terceiros não Correntes, Financiamentos Obtidos não Correntes, Passivos por Impostos Diferidos, total de Passivos não correntes, Financiamentos obtidos Correntes e Passivo Total. Em termos de rubricas da Demonstração de Resultados, tanto o Resultado Operacional como o Resultado Corrente apresentaram diferenças significativas.

A nível nacional destacam-se ainda dois estudos relacionados com a adopção das normas internacionais, embora com uma abordagem diferente: Guerreiro (2006) e Fernandes (2009).

Guerreiro (2006), analisa até que ponto as empresas portuguesas aderiram à recomendação da CESR e conclui que as empresas com maior dimensão e mais internacionalizadas comercialmente apresentam maiores níveis de divulgação.

Fernandes (2009), analisa o impacto das IFRS ao nível da gestão de resultados nas empresas cotadas na bolsa de Madrid e de Lisboa, que adoptaram obrigatoriamente as

---

IFRS em 2005, concluindo que não são notórias alterações significativas pelas empresas nos anos antecedentes e ulteriores à entrada em vigor das IFRS.

Podemos então verificar que os resultados dos estudos efectuados sobre o impacto da aplicação da primeira aplicação das IFRS são mistos. Gueifão (2006) apresenta conclusões muito diferentes nos diversos países. Para Lemos (2006) o Capital Próprio e o Resultado Líquido aumentam, já para Codeiro et al. (2007) ambas as rubricas diminuem.

### 3 - Metodologia

De acordo com as IFRS, as empresas são obrigadas a refazer as Demonstrações Financeiras do ano anterior ao da aplicação pela primeira vez das normas internacionais de acordo com o novo normativo. Assim, as empresas tiveram que apresentar as Demonstrações Financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2004, segundo os dois normativos, o que permite uma comparação de valores mais apropriada e uma análise do impacto da aplicação do novo normativo.

Para além disso, as empresas foram também obrigadas a apresentar nas Notas às Demonstrações Financeiras uma reconciliação dos valores do Capital Próprio e do Resultado Líquido.

#### 3.1 - Objectivos do Estudo

Este trabalho pretende identificar qual o impacto da aplicação das IFRS nas empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, mais especificamente nas empresas constituintes do PSI -20. Assim, foram definidos dois objectivos:

- Identificar e avaliar a materialidade dos impactos da aplicação pela primeira vez das IFRS no Capital Próprio e no Resultado Líquido a 31 de Dezembro de 2004;
- Identificar e examinar os diferentes tipos de ajustamentos efectuados no Capital Próprio e no Resultado Líquido a 31 de Dezembro de 2004, que conduziram aos impactos anteriores.

### 3.2 - Caracterização da Amostra

O estudo tem como amostra as empresas que constituíam o PSI 20 (Portuguese Stock Index), principal índice da Euronext Lisboa, no período compreendido entre 01/01/2005 e 30/06/2005, a saber: BCP, BES, BPI, Brisa, Cimpor, Cofina, Corticeira Amorim, EDP, Gescartão, Grupo Media Capital, Impresa, Jerónimo Martins, Novabase, Pararede, Portugal Telecom, Pt-Multimédia, Reditus, Semapa, Sonae SGPS, Sonaecom.

Deste grupo de empresas foram retiradas a Novabase, a Jerónimo Martins e a Sonaecom, por terem adoptado as normas internacionais de contabilidade antes de 2005.<sup>11</sup> De forma a evitar uma redução significativa da dimensão da amostra com a retirada destas 3 empresas, foram adicionadas 3 novas empresas: Portucel, Teixeira Duarte e Mota Engil, mantendo-se assim a amostra com um total de 20 empresas.<sup>12</sup>

O PSI 20 é um índice de referência, reflectindo a evolução dos preços das 20 emissões de acções de maior dimensão e liquidez seleccionadas do universo das empresas à negociação no mercado de cotações oficiais nacional.

O PSI-20 foi criado com o intuito de servir de indicador da evolução de mercado accionista português e de servir de suporte à negociação de contratos futuros e opções.

Em Abril de 2010, o montante dos negócios efectuados no PSI-20 superou os 509,4 milhões de euros (Jornal de Negócios de 28-04-2010).

---

<sup>11</sup> Novabase: 2004, Jerónimo Martins: 2001, Sonaecom: 2003.

<sup>12</sup> A escolha destas 3 empresas deve-se ao facto de considerar pertinente incluir na amostra empresas ligadas à actividade de Construção Civil e Obras Públicas e da área do papel.

Como se pode observar na Figura 2, a amostra final é constituída por empresas de variadas actividades.

**Figura 2 – Actividade principal das empresas analisadas no exercício de 2005**

| <b>Empresa</b>      | <b>Actividade Principal</b>   |
|---------------------|---|
| BCP                 | Finanças e Capitalização  |
| BES                 | Finanças e Investimento   |
| BPI                 | Finanças e Investimento   |
| Brisa               | Concessionária de Auto-Estradas   |
| Cimpor              | Produção de cimentos  |
| Cofina              | Comunicação social  |
| Corticeira Amorim   | Aquisição, preparação, comercialização e distribuição de cortiça  |
| EDP                 | Produção e distribuição de electricidade  |
| Gescartão           | Produção e comercialização de papéis para a produção de cartão canelado, e produção e comercialização de cartão canelado e de embalagens de cartão canelado               |
| Grupo Media Capital | Comunicação social  |
| Impresa             | Comunicação social  |
| Pararede            | Informática   |
| PT                  | Telecomunicações e multimédia   |
| PT/ZON Multimédia   | Distribuição de multimédia  |
| Reditus             | Tecnologias de informação   |
| Semapa              | Produção de cimentos  |
| Sonae               | Indústria de matéria-prima, distribuição e venda de alimentos, administração de centros comerciais, turismo construção, telecomunicações, transportes e capitais de risco |
| Teixeira Duarte     | Construção civil  |
| Portucel            | Comercialização de papéis de alta qualidade   |
| Mota Engil          | Construção Civil  |

Fonte: Elaboração própria a partir das Demonstrações Financeiras.

Estatisticamente falando, esta amostra é dirigida (não aleatória), pois é constituída pelas 20 empresas constitutivas do PSI-20 (grupo das maiores empresas portuguesas cotadas no mercado de capitais). Logo existe uma menor probabilidade de os elementos escolhidos serem de facto representativos da população, pois não foram escolhidos aleatoriamente.

No entanto, as estatísticas descritivas apresentadas no Quadro 2, revelam que a média e a mediana apresentam valores muito afastados nas 3 rubricas analisadas, o que revela a existência de outliers na amostra. De facto, a EDP apresenta valores bastante mais elevados que as restantes empresas da amostra.

**Quadro 2 – Dados descritivos da amostra (em milhares de euros)**

|               | <b>Total do Activo</b> | <b>Total do Capital<br/>Próprio</b> | <b>Total do Resultado<br/>Líquido</b> |
|---------------|------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|
| Média         | 9.849.863              | 1.144.535                           | 158.044                               |
| Mediana       | 2.017.779              | 696.680                             | 57.025                                |
| Desvio Padrão | 18.289.509             | 1.311.781                           | 208.205                               |
| Mínimo        | 31.253                 | 3.014                               | 5.402                                 |
| Máximo        | 71.320.363             | 4.781.795                           | 725.212                               |

Em termos médios, o Activo atinge aproximadamente 9.850 milhões de euros, o Capital Próprio cerca de 1.145 milhões de euros e o Resultado Líquido atinge um valor de 158 milhões de Euros. O Activo apresenta o maior coeficiente de variação, cerca de 1,86, contra 1,15 do Capital Próprio e 1,32 do Resultado Líquido (valores não tabelados).

### 3.3 - Recolha de Dados e Metodologia

O estudo baseia-se na análise dos Relatórios e Contas do exercício de 2005, em particular nas notas explicativas da variação do Capital Próprio e do Resultado Líquido do Exercício

em 31 de Dezembro de 2004, disponíveis no site da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

A IFRS 1 obriga à divulgação e à descrição nas notas dos ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras tendo como base os valores do Capital Próprio e do Resultado Líquido segundo as normas locais convertidas às normas do IASB.

O exercício de 2005 tem como comparação o ano de 2004. Os dados quantitativos de indicadores de referência, para o ano de 2004, são: o Resultado Líquido do Exercício e o total do Capital Próprio.

Assim, foram recolhidos das demonstrações financeiras, os seguintes valores:

- Capital Próprio, incluindo interesses minoritários<sup>13</sup>, do exercício de 2004, pelas normas locais e após a aplicação das IFRS;
- Resultado Líquido, incluindo interesses minoritários, do exercício de 2004, pelas normas locais e após a aplicação das IFRS;
- Ajustamentos efectuados ao Capital Próprio e ao Resultado Líquido do exercício de 2004, incluindo os interesses minoritários.

Como primeiro objectivo do estudo, pretende-se quantificar o impacto da aplicação das IFRS no Capital Próprio e no Resultado Líquido, assim como verificar se as diferenças são estatística e economicamente significativas.

Assim, foram realizados não só testes de igualdade de médias entre duas amostras emparelhadas, como também testes de igualdade de medianas (Teste de Wilcoxon), dado

---

<sup>13</sup> A inclusão dos interesses minoritários deve-se ao facto de se pretender com este estudo estudar o impacto dos ajustamentos no valor da empresa, independente da propriedade do capital.



esta medida ser mais resistente do que a média, e a dimensão da amostra não permitir assumir a normalidade.<sup>14</sup> Foram testadas as seguintes hipóteses:

H<sub>1</sub> – Não há diferenças significativas entre os valores do Capital Próprio calculado segundo o POC e segundo as IFRS.

H<sub>2</sub> – Não há diferenças significativas entre os valores do Resultado Líquido calculado segundo o POC e segundo as IFRS.

Relativamente ao segundo objectivo, que é identificar as principais rubricas que contribuíram para as diferenças detectadas nos valores do Capital Próprio e do Resultado Líquido, foi feita uma análise pormenorizada às rubricas divulgadas pelas empresas nas Notas das Demonstrações Financeiras.

Esta análise é realizada através do agrupamento de rubricas consideradas idênticas nas diferentes empresas. O Anexo 3 explica quais as rubricas que constituem cada tipo de ajustamento, e quais as empresas que as divulgaram.

Por exemplo, o ajustamento designado – *Pensões de Reforma e outros Benefícios aos Empregados*, é constituído pelas rubricas relacionadas com pensões, benefícios aos empregados e gratificações ao pessoal.

Os grupos de ajustamentos que mais dificuldades levantaram foram as *Participações Financeiras e Instrumentos Financeiros*. Nem sempre a explicação das

---

<sup>14</sup> A reduzida dimensão da amostra, com a consequente (provável) não normalidade da distribuição dos dados, justifica a realização de testes não paramétricos.

rubricas é indicador do ajustamento em que devem estar inseridas. As rubricas *Contabilidade de Cobertura* e *Operações de Cobertura* suscitaram igualmente algumas dúvidas.

Também seria mais correcto analisar separadamente os ajustamentos aos Activos Fixos Tangíveis e aos Activos Intangíveis, mas em muitas empresas a referência a estes valores era conjunta, impossibilitando a separação.

Note-se que alguns ajustamentos incluem apenas o contributo de uma empresa, como por exemplo – *Empréstimos por Obrigações Convertíveis*, que só a PT divulgou.

Existem ainda alguns ajustamentos específicos das entidades bancárias incluídas na amostra, concretamente a rubrica - *Fundo para Riscos Bancários Gerais e Imparidade de Crédito*, que apenas tiveram o contributo do BES, BCP e BPI.

Por fim, saliente-se que a análise e agregação das rubricas foram elaboradas com base nos ajustamentos divulgados pelas empresas, não existindo homogeneidade na apresentação e no nível de descrição e detalhe das rubricas que sofreram ajustamentos. Adicionalmente, a própria IFRS 1 possibilita isenção ao tratamento retrospectivo em algumas áreas, o que pode causar algum enviesamento na análise efectuada.

## 4 - Análise dos Resultados

As demonstrações financeiras consolidadas dos grupos em análise, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram preparadas em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data. De forma a assegurar a comparabilidade as demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2004 foram convertidas para IFRS – demonstrações financeiro pró-forma, conforme definido pela IFRS 1 – Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. Sendo a data de transição para apresentação das demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que as empresas efectuem julgamentos e estimativas e utilizem pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de Rendimentos, Gastos, Activos e Passivos.

### 4.1 - Análise do Impacto no Capital Próprio e Resultado Líquido

Numa primeira abordagem, pode observar-se na Figura 3 que em 55% dos casos o impacto no Capital Próprio (CP) é positivo e em 80% dos casos o impacto no Resultado Líquido (RL) é positivo.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> A título meramente ilustrativo, apresenta-se Anexo 4 os resultados obtidos para as 3 empresas do PSI 20 que foram excluídas da análise devido a terem adoptado as IFRS antes de 2005.

**Figura 3 – Impacto da aplicação das IFRS**

| <b>Empresa</b>      | <b>No Capital Próprio</b> | <b>No Resultado Líquido</b> |
|---------------------|---------------------------|-----------------------------|
| BCP                 | -                         | +                           |
| BES                 | -                         | -                           |
| BPI                 | -                         | -                           |
| Brisa               | +                         | +                           |
| Cimpor              | +                         | +                           |
| Cofina              | +                         | +                           |
| Corticeira Amorim   | -                         | +                           |
| EDP                 | -                         | -                           |
| Gescartão           | -                         | -                           |
| Grupo Media Capital | +                         | +                           |
| Impresa             | +                         | +                           |
| Pararede            | +                         | +                           |
| PT                  | -                         | +                           |
| Zon Multimédia      | +                         | +                           |
| Reditus             | -                         | +                           |
| Semapa              | +                         | +                           |
| Sonae SGPS          | +                         | +                           |
| Portucel            | -                         | +                           |
| Mota Engil          | +                         | +                           |
| Teixeira Duarte     | +                         | +                           |

Ao analisar o Quadro 3 e 4, conclui-se que o impacto no CP e no RL no total da amostra foi negativo em 3.198.795 milhares de euros e 224 milhares de euros respectivamente. Logo, houve uma variação negativa no CP de 12,26% e de 0,01% no RL.

Relativamente ao Capital Próprio verifica-se que para o conjunto de empresas com um CP em IFRS até 696.680 milhares de euros (o valor da Mediana), o impacto no CP é positivo em cerca de 116.649 milhares de euros. No entanto, para o conjunto de empresas com um CP em IFRS superior a 696.680 milhares de euros, o impacto no CP é negativo no valor de 3.315.444 milhares de euros.

**Quadro 3 – Impacto da aplicação das IFRS****Painel A – No Capital Próprio**

Unidade monetária: Milhares de euros

| EMPRESAS                        | POC/PCSB          | IFRS              | VARIAÇÃO          | %             |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|
| BCP                             | 4.000.512         | 3.610.767         | -389.745          | -9,74         |
| BES                             | 2.899.227         | 2.556.267         | -342.960          | -11,83        |
| BPI                             | 1.491.105         | 1.256.085         | -235.020          | -15,76        |
| Brisa                           | 1.397.472         | 1.535.268         | 137.796           | 9,86          |
| Cimpor                          | 970.352           | 1.222.916         | 252.564           | 26,03         |
| Cofina                          | 89.304            | 104.223           | 14.919            | 16,71         |
| Corticeira Amorim               | 212.494           | 203.855           | -8.639            | -4,07         |
| EDP                             | 7.145.651         | 4.781.795         | -2.363.856        | -33,08        |
| Gescartão                       | 167.306           | 162.136           | -5.170            | -3,09         |
| Grupo Media Capital             | 106.993           | 112.479           | 5.486             | 5,13          |
| Impresa                         | 125.792           | 135.595           | 9.803             | 7,79          |
| Pararede                        | 32.847            | 34.388            | 1.541             | 4,69          |
| PT                              | 3.272.403         | 2.254.173         | -1.018.230        | -31,12        |
| Zon Multimédia                  | 499.945           | 509.310           | 9.365             | 1,87          |
| Reditus                         | 33.622            | 3.014             | -30.608           | -91,04        |
| Semapa                          | 882.332           | 884.050           | 1.718             | 0,19          |
| Sonae SGPS                      | 1.209.865         | 1.890.414         | 680.549           | 56,25         |
| Portucel                        | 1.047.058         | 1.008.798         | -38.260           | -3,65         |
| Mota Engil                      | 253.925           | 258.298           | 4.373             | 1,72          |
| Teixeira Duarte                 | 251.295           | 366.874           | 115.579           | 45,99         |
| <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b> | <b>26.089.500</b> | <b>22.890.705</b> | <b>-3.198.795</b> | <b>-12,26</b> |

Legenda: POC – Plano Oficial de Contabilidade, PCSB – Plano de Contas do Sistema Bancário; IFRS – International Financial Reporting Standards.

Podendo então concluir que são as empresas de maior dimensão em termos de CP, que contribuem para o impacto negativo observado no total da amostra, concretamente a EDP e a PT.

Em termos individuais, a empresa que sofre um maior impacto negativo no CP é a Reditus, apesar do seu peso na amostra total não ser significativo. O maior impacto positivo é apresentado pela Sonae SGPS.

### Quadro 3 – Impacto da aplicação das IFRS

#### Painel B – No Resultado Líquido do Exercício

Unidade monetária: Milhares de euros

| EMPRESAS                        | POC/PCSB         | IFRS             | VARIAÇÃO    | %            |
|---------------------------------|------------------|------------------|-------------|--------------|
| BCP                             | 538.071          | 631.534          | 93.463      | 17,37        |
| BES                             | 275.179          | 151.643          | -123.536    | -44,89       |
| BPI                             | 192.718          | 159.298          | -33.420     | -17,34       |
| Brisa                           | 184.755          | 192.243          | 7.488       | 4,05         |
| Cimpor                          | 190.434          | 263.815          | 73.381      | 38,53        |
| Cofina                          | 12.955           | 19.132           | 6.177       | 47,68        |
| Corticeira Amorim               | 10.634           | 15.754           | 5.120       | 48,15        |
| EDP                             | 443.428          | 46.091           | -397.337    | -89,61       |
| Gescartão                       | 10.637           | 10.611           | -26         | -0,24        |
| Grupo Media Capital             | -5.370           | 9.884            | 15.254      | -284,06      |
| Impresa                         | 17.254           | 28.373           | 11.119      | 64,44        |
| Pararede                        | 2.584            | 5.402            | 2.818       | 109,06       |
| PT                              | 602.139          | 725.212          | 123.073     | 20,44        |
| Zon Multimédia                  | 112.835          | 125.661          | 12.826      | 11,37        |
| Reditus                         | 9.406            | 9.700            | 294         | 3,13         |
| Semapa                          | 201.280          | 208.626          | 7.346       | 3,65         |
| Sonae SGPS                      | 269.856          | 415.881          | 146.025     | 54,11        |
| Portucel                        | 33.337           | 51.284           | 17.947      | 53,84        |
| Mota Engil                      | 27.695           | 27.964           | 269         | 0,97         |
| Teixeira Duarte                 | 31.271           | 62.766           | 31.495      | 100,72       |
| <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b> | <b>3.161.098</b> | <b>3.160.874</b> | <b>-224</b> | <b>-0,01</b> |

Legenda: POC – Plano Oficial de Contabilidade, PCSB – Plano de Contas do Sistema Bancário; IFRS – International Financial Reporting Standards.

Relativamente ao RL verifica-se que para o conjunto de empresas com um RL até 57.025 milhares de euros (valor da mediana) em IFRS, o impacto no RL é negativo em 338.365 milhares de euros. Enquanto que para o conjunto de empresas com um RL superior a 57.025 milhares de euros, o impacto no RL é positivo em 338.141 milhares de euros.

Podemos então concluir que são as empresas menos lucrativas em IFRS, que mais contribuem para o impacto negativo observado no total da amostra. Aliás, o impacto negativo do RL é explicado essencialmente pela forte descida dos resultados nas

seguintes empresas: BES, BPI, EDP, sendo estas empresas, conjuntamente com a Gescartão, as únicas na amostra a sofrerem uma variação negativa no RL.

A empresa com maior variação positiva no RL foi a Teixeira Duarte, dobrando o lucro. A Mota Engil praticamente mantém o seu Resultado. No Grupo Media Capital observa-se uma situação muito interessante, pois com as regras do POC a empresa tem prejuízo e ao aplicar as IFRS passa a ter lucro, sendo a empresa que mais “ganhou” em termos de Resultados com a aplicação das normas internacionais.

Praticamente todas as outras empresas em estudo sofrem um impacto positivo em ambas as rubricas, excepto a EDP que sofre um impacto negativo tanto no CP como no RL; e a Corticeira Amorim, a Portucel, a Reditus, a Gescartão e a PT que sofrem um impacto negativo no CP.

Dado que a EDP é a empresa que mais contribui para os resultados encontrados no total da amostra, foi feita de seguida uma análise excluindo a EDP da amostra. O Quadro 4 apresenta os resultados.

#### Quadro 4 – Impacto da aplicação das IFRS sem a EDP

Unidade monetária: Milhares de euros

|                          | POC/PCSB   | IFRS       | VARIAÇÃO | %     |
|--------------------------|------------|------------|----------|-------|
| <b>Capital Próprio</b>   | 18.943.849 | 18.108.910 | -834.939 | -4,41 |
| <b>Resultado Líquido</b> | 2.717.670  | 3.114.783  | 397.113  | 14,61 |

Legenda: POC – Plano Oficial de Contabilidade, PCSB – Plano de Contas do Sistema Bancário;

IFRS – International Financial Reporting Standards.

Como esperado, excluindo a EDP da amostra obtêm-se valores bastante diferentes. O RL sofre um impacto positivo no valor de 397.113 milhares de euros e o CP embora mantendo um impacto negativo, o valor desce para -834.939 milhares de euros. Logo o CP diminui 4,41% e o RL aumenta 14,61% no total da amostra.

De forma a avaliar a materialidade dos resultados encontrados em ambas as análises, com e sem EDP, foram efectuados testes de hipóteses de igualdades medianas. Os resultados estatísticos reportados no Quadro 5, sugerem que o impacto da aplicação das IFRS no CP e no RL no total da amostra não é significativo.<sup>16</sup>

**Quadro 5 – Resultado dos testes estatísticos à mediana**  
(Teste de Wilcoxon)

|                           | <i>Statistic z</i> | <i>p-value</i> |
|---------------------------|--------------------|----------------|
| Capital Próprio           | -0,448             | 0,654          |
| Resultado Líquido         | -1,941             | 0,052          |
| Capital Próprio sem EDP   | -0,080             | 0,936          |
| Resultado Líquido sem EDP | -2,495             | 0,013          |

Legenda: Statistic z – estatística calculada a partir da amostra e usada para tomar a decisão;

P-value – a probabilidade de observar um valor da estatística de teste tanto ou mais afastado que o valor observado na amostra, assumindo que  $H_0$  é verdadeira..

Ao nível do CP, não existe evidência estatística para afirmar que para este grupo de empresas existe diferença significativa entre os valores do CP calculado segundo o POC e segundo as IFRS. Deste modo não é rejeitada a hipótese  $H_1$  a um nível de significância 5%.

Relativamente ao RL, também não existe evidência estatística para afirmar que a diferença entre valores do RL calculado segundo POC e segundo IFRS é significativa, e como tal, não se pode rejeitar a hipótese  $H_2$  a um nível de significância 5%. No entanto, destaque-se que o valor do *p-value* é muito próximo de 0,05, e como tal, por pouco a diferença seria considerada estaticamente significativa.

---

<sup>16</sup> Os resultados obtidos nos testes à média (não reportados) são idênticos.



Os resultados estatísticos para a amostra sem a EDP, confirmam que o impacto no CP não é significativo, mas indicam que o impacto no RL é significativo (*p-value* de 0,013). Assim, os resultados sugerem que existe uma diferença estatisticamente significativa nos valores do RL calculado segundo POC e segundo IFRS quando a EDP não é incluída na amostra.

Relativamente às empresas de actividade bancária, BCP, BES e BPI, a transição para as IFRS teve um impacto negativo no CP e no RL, excepto no RL do BCP, que aumenta ligeiramente. Foi também realizada uma análise complementar retirando da amostra estas 3 instituições bancárias. Os resultados desta análise são apresentados no Quadro 6.

#### Quadro 6 – Impacto da aplicação das IFRS sem BCP, BES e BPI

Unidade monetária: Milhares de euros

|                   | POC        | IFRS       | VARIAÇÃO   | %      |
|-------------------|------------|------------|------------|--------|
| Capital Próprio   | 17.698.656 | 15.467.586 | -2.231.070 | -12,61 |
| Resultado Líquido | 2.155.130  | 2.218.399  | 63.269     | 2,94   |

Legenda: POC – Plano Oficial de Contabilidade, IFRS – International Financial Reporting Standards.

O impacto negativo no CP mantêm-se praticamente o mesmo em termos relativos, 12,61%, atingindo em termos absolutos cerca de 2.231.070 milhares de euros. Em termos do RL, o impacto passa a ser positivo, no valor de 63.269 milhares de euros, representando um acréscimo de 2,94%.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Os resultados dos testes efectuados (resultados não reportados) sugerem que os impactos não são estatisticamente significativos.

Finalmente, relativamente aos estudos já elaboradas sobre o impacto das IFRS no CP e RL, os resultados deste estudo são consistentes com os apresentados por Cordeiro et al. (2007) que conclui que o CP diminui, no entanto são contrários aos de Lemos (2006) que observa um impacto positivo no CP e no RL.

#### 4.2 - Análise dos Ajustamentos efectuados ao Capital Próprio e Resultado Líquido

O Quadro 7 apresenta os ajustamentos verificados em algumas rubricas das demonstrações financeiras, explicativas do impacto negativo no Capital Próprio e no Resultado Líquido a 31 de Dezembro do total da amostra.

Pela análise do Painel A do Quadro 7, verifica-se que as rubricas que mais contribuem para o impacto negativo do Capital Próprio são *Pensões de reforma e outros benefícios a empregados* e *Activos tangíveis e intangíveis*. A rubrica que mais contribuiu positivamente é *Impostos diferidos*.

Relativamente ao RL (Painel B do Quadro 7), existe uma maior variabilidade de ajustamentos “responsáveis” pelo impacto negativo: *Pensões de reforma e outros benefícios a empregados*, *Ajustamento de transição a 1 de Janeiro de 2004*, *Instrumentos financeiros* e *Diferenças no tratamento contabilístico dos custos*. Impacto este que poderia ser agravado sem a colaboração positiva dos ajustamentos relacionados com *Participações financeiras*, *Goodwill* e *Activos Tangíveis a Intangíveis*.

**Quadro 7 – Tipo de ajustamentos com impacto no CP e RL****Painel A – No Capital Próprio**

Unidade monetária: Milhares de euros

|   | <b>VALORES</b>    |
|---|-------------------|
| <b>Pensões de reforma e outros benefícios para os empregados (IAS 19)</b> | -3.525.682        |
| <b>Despesas de instalação</b>   | -36.751           |
| <b>Acréscimos e diferimentos</b>  | -106.184          |
| <b>Efeitos de alterações de taxa de câmbio</b>                            | -1.987            |
| <b>Custos Diferidos</b>   | -28.817           |
| <b>Provisões (IAS 37)</b>   | 17.133            |
| <b>Diferenças entre POC e IFRS nos Resultados Líquidos</b>                | 118.749           |
| <b>Ajustamentos de transição 1 de Janeiro 2004</b>                        | 233.023           |
| <b>Interesses Minoritários</b>  | 72.488            |
| <b>Imposto Diferidos (IAS 12)</b>   | 1.356.132         |
| <b>Participações financeiras</b>  | -368.155          |
| <b>Instrumentos Financeiros (IAS 39)</b>                                  | -172.141          |
| <b>Empresas associadas</b>  | 10.647            |
| <b>Activos Tangíveis e Intangíveis (IAS 16 e 38)</b>                      | -1.034.920        |
| <b>Amortizações</b>   | -54.804           |
| <b>Imobilizado em curso</b>   |                   |
| <b>Dividendos antecipados</b>   | -97.703           |
| <b>Acções preferenciais</b>   | 475.409           |
| <b>Acções Próprias</b>  | -225.220          |
| <b>Efeitos de Consolidação</b>  | 532.389           |
| <b>Goodwill (IFRS 3)</b>  | 282.846           |
| <b>Fundo para riscos bancários gerais</b>                                 | 140.560           |
| <b>Imparidade de crédito</b>  | -140.900          |
| <b>Imparidade de activos</b>  | -20.136           |
| <b>Empréstimos por obrigações convertíveis</b>                            | 3.415             |
| <b>Réditos - diferenças de tratamento contabilístico</b>                  | -9.406            |
| <b>Custos - diferenças de tratamento contabilístico</b>                   | -605.367          |
| <b>Imposto sobre o rendimento</b>   |                   |
| <b>Subsídios</b>  | 30.644            |
| <b>Outros</b>   | -44.057           |
| <b>TOTAL</b>  | <b>-3.198.795</b> |

Legenda: Ajustamentos efectuados em algumas rubricas das demonstrações financeiras, explicativas do impacto negativo no CP a 31 de Dezembro de 2004, ao reconciliar as demonstrações financeiras das normas POC para as IFRS.

## Quadro 7 – Tipo de ajustamentos com impacto no CP e RL

### Painel B – No Resultado Líquido do Exercício

Unidade monetária: Milhares de euros

|  | VALORES     |
|--|-------------|
| Pensões de reforma e outros benefícios para os empregados (IAS 19) | -366.417    |
| Despesas de instalação   | 28.406      |
| Acréscimos e diferimentos  | 28.732      |
| Efeitos de alterações de taxa de câmbio                            | -615        |
| Custos Diferidos   | 8.558       |
| Provisões (IAS 37)   | -9124       |
| Diferenças entre POC e IFRS nos Resultados Líquidos                |             |
| Ajustamentos de transição 1 de Janeiro 2004                        | -315.590    |
| Interesses Minoritários  | -32.108     |
| Imposto Diferidos (IAS 12)   | 151.851     |
| Participações financeiras  | 367.074     |
| Instrumentos Financeiros (IAS 39)                                  | -61.370     |
| Empresas associadas  | 27.059      |
| Activos Tangíveis e Intangíveis (IAS 16 e 38)                      | 194.153     |
| Amortizações   | 19.063      |
| Imobilizado em curso   | -1.710      |
| Dividendos antecipados   |             |
| Acções preferenciais   | 15.900      |
| Acções Próprias  | -22.788     |
| Efeitos de Consolidação  | -93.840     |
| Goodwill (IFRS 3)  | 255.321     |
| Fundo para riscos bancários gerais                                 | 35.408      |
| Imparidade de crédito  | 24.000      |
| Imparidade de activos  | 6.917       |
| Empréstimos por obrigações convertíveis                            | -3.999      |
| Réditos - diferenças de tratamento contabilístico                  | 3.657       |
| Custos - diferenças de tratamento contabilístico                   | -263.091    |
| Imposto sobre o rendimento   | -972        |
| Subsídios  | 3.251       |
| Outros   | 2.050       |
| <b>TOTAL</b>   | <b>-224</b> |

Legenda: Ajustamentos efectuados em algumas rubricas das demonstrações financeiras, explicativas do impacto negativo no RL a 31 de Dezembro de 2004, ao reconciliar as demonstrações financeiras das normas POC para as IFRS.

O Anexo 2 apresenta os resultados excluindo a EDP da amostra. O ajustamento mais importante para o impacto negativo do Capital Próprio é *Pensões de reforma e outros benefícios a empregados*, deixando a rubrica *Activos tangíveis e intangíveis* de ter

um contributo considerável. Mantém-se no entanto, o contributo positivo dos *Impostos diferidos*.

Em termos do RL que sem a EDP passa a ter um impacto positivo, destacam-se os ajustamentos *Participações financeiras* e *Goodwill*, deixando a rubrica *Ajustamento de transição a 1 de Janeiro* de ter qualquer contributo.

De seguida será efectuada uma breve análise às principais rubricas com impacto nos resultados reportados.

Uma das rubricas mais contributivas para os resultados encontrados foi o *Goodwill* (IFRS 3). O cálculo e tratamento subsequente do Goodwill sofreram alterações pois passa a ser considerado como um activo não amortizável, sendo sujeito a testes anuais de imparidade, o que não acontecia com o POC/PCSB. Esta divergência criou ajustamentos significativos no que respeita à reversão de amortizações, obtendo-se um impacto positivo no RL.

Logo, as amortizações do Goodwill praticadas posteriormente àquela data foram anuladas e sujeito a testes de imparidade, e as diferenças de consolidação negativas (“Badwill”) existentes à data de transição foram reconhecidas em resultados transitados.

Outra rubrica com grande contributo para os resultados encontrados, foi *Pensões e outros benefícios para os empregados* (IAS 19). Com esta norma, as empresas portuguesas foram obrigadas a adoptar a abordagem corredor ou um método sistemático que acelere o reconhecimento de ganhos e perdas actuariais. Qualquer um destes métodos permite o reconhecimento de parte dos gastos em resultados ou no balanço, contrariamente à legislação portuguesa que reconhece a totalidade desses gastos em resultados do exercício. A IFRS 1 permite excepcionalmente o não tratamento retrospectivo da aplicação desta norma no que respeita a aplicação da abordagem do

corredor. Os ajustamentos efectuados por algumas empresas resultam da opção pelo tratamento retrospectivo da norma e pela aplicação do método do corredor, gerando impactos negativos ao nível dos capitais próprios e resultados.

Mas se existir um tratamento retrospectivo na data da transição as principais diferenças ao nível das pensões de reforma podem relacionar-se com o reconhecimento:

- Das reformas antecipadas por invalidez diferidas no balanço,
- Da responsabilidade com os benefícios de saúde, anteriormente registados quando pagos,
- Os encargos extraordinários com reformas por invalidez antes dos 65 anos eram diferidos ao longo dos anos, e com as IFRS são reconhecidas na totalidade no ano em que ocorrem,
- As responsabilidades com os benefícios de saúde concedidos aos empregados na idade de reforma, passaram a ser reconhecidos com base em estudos actuariais à data do balanço.

Relativamente aos *Impostos Diferidos* a aplicação da IAS 12 leva ao reconhecimento de activos e passivos por impostos diferidos até à data não reconhecidos com o normativo nacional. Passaram a ser calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sendo reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de que sejam obtidos lucros tributáveis futuros que permitam absorver as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais, correspondendo os ajustamentos efectuados aos impostos diferidos reconhecidos na data da transição. Este ajustamento gerou impacto positivo em Resultados.

## Conclusão

O objectivo principal do Regulamento 1606/2002 é assegurar o funcionamento eficiente do mercado de capitais da União Europeia, através de um processo de harmonização contabilística com vista a alcançar um elevado grau de transparência e comparabilidade na informação financeira prestada pelas empresas.

Este estudo teve como objectivo apurar o impacto da aplicação obrigatória pela primeira vez das IFRS ao abrigo desse Regulamento, nas demonstrações financeiras consolidadas de 20 empresas portuguesas cotadas na Euronext Lisboa, concretamente nos valores do Capital Próprio e Resultado Líquido, e os ajustamentos que contribuíram para esse impacto.

Os resultados indicam que em termos médios o Capital Próprio sofreu um impacto negativo de 12,26% e o Resultado Líquido um ligeiro impacto negativo de 0,01%, não sendo, no entanto, estatisticamente significativos.

Analisando quais as rubricas que sofrem os ajustamentos conducentes aos impactos verificados, observa-se que as Pensões de Reforma e outros Benefícios para os Empregados e os Activos fixos Tangíveis e Intangíveis são os grandes responsáveis pelos resultados encontrados.

Os resultados por empresa são contudo mistos. De facto, 55% da amostra sofre um impacto positivo no Capital Próprio e 80% regista um impacto positivo no Resultado Líquido.

Os resultados apurados excluindo a EDP da análise, revelam um impacto negativo no Capital Próprio mais moderado de 4,41%, e um impacto positivo estatisticamente significativo no Resultado Líquido de 14,61%.

Estamos perante uma verdadeira revolução contabilística, pois uma série de conceitos, princípios e formas de pensar são alterados com a introdução das IFRS que, embora não sejam para a maioria das empresas de aplicação directa são, no entanto, a fonte de inspiração que assenta o novo SNC.

Logo, a importância do presente estudo deve-se ao facto de nos encontrarmos no momento de aplicação obrigatória do SNC em Portugal desde 1 de Janeiro de 2010, podendo servir de base ao que poderá acontecer às empresas que começam este ano a aplicar o SNC, apesar da reduzida dimensão da amostra analisada e da dimensão das empresas analisadas não ser representativa do tecido empresarial nacional.

No final do exercício de 2010 seria interessante realizar esta mesma análise num universo de outras grandes empresas e também de pequenas e médias empresas. Os resultados poderão ser idênticos ou não em termos globais, mas serão certamente diversificados de empresa para empresa.



## Bibliografia

- Aviso 1/2005 do Banco de Portugal.
- Babalyan, L. (2001), Association between Accounting Earnings and Stock Returns as a Measure of Value Relevance of Accounting Standards: Empirical Evidence from the Swiss Market, University of Fribourg/Switzerland, *EFA 2002 Berlin Meetings Discussion Paper*, pp. 2-16 e 30-32.
- Ball, Ray (2006), International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors, *Accounting and Business Research, International Accounting Policy Forum*, pp. 5-27.
- Bartov, E. e Goldberg, S. (2002), Comparative Value Relevance Among German, U.S., and International accounting standards: A German stock market perspective, *Working Paper*, pp. 2-6 e 14-20.
- Cordeiro, R., Couto, G. e Silva, F. (2007), Measuring the impact of international financial reporting standards (IFRS) in firm reporting: The case of Portugal, Universidade dos Açores, *Working Paper*, pp. 9-12.
- Costa, J. I. P. (2008), O impacto da Adopção das IAS/IFRS nas Demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa, Faculdade de Economia – Universidade do Porto, *Working Paper*, pp. 48-88.
- Decreto – Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.
- Decreto-lei nº 158/2009, de 13 de Julho.
- Ding, Y., Jeanjean, T. e Stolowy, H. (2005), Why do national GAAP differ from IAS? The role culture, HEC School of Management, Paris, *The International Journal of Accounting* 40, pp.343-344.

- Fernandes, P. F. M. (2009), “O Impacto da entrada em vigor das IFRS na Gestão de Resultados: A Experiência Ibérica”, *Caderno CMVM nº32 de Abril de 2009*, pp. 8-32.
- Freire, M., A importância das Normas Internacionais de Contabilidade e a sua aplicação na Europa, *Caderno CMVM*, pp. 154-165.
- GAAP 2001, A Survey of National Accounting Rules Benchmarked against International Account Standards, pp.106-108.
- Gomes, P., Serra, S. e Ferreira, E. (2005), “Activos intangíveis: o grau de adaptação das empresas portuguesas cotadas na EURONEXT relativamente à IAS 38”, *Contabilidade e Gestão nº2*, pp. 27-33.
- Gonçalves, C. (2007), Contabilidade – Normas Internacionais Futura Normalização Contabilística, *Publicação PriceWaterHouseCoopers*.
- Grenha, C., Cravo, D., Baptista, L., e Pontes, S. “Anotações ao Sistema de Normalização Contabilístico, *Publicação CTOC*, pp.15-51.
- Gueifão, M. G. A. P. (2007), Análise do impacto da aplicação obrigatória e pela primeira vez das normas do IASB nas empresas cotadas em alguns países da EU, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, *Working Paper*, pp. 14-33, 49-51 e 66-71.
- Guerreiro, M. A. S.(2006), Impacto da adopção das International Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas, Escola Superior de Tecnologia e Gestão – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, *Contabilidade e Gestão nº3*, pp.9-11 e 27-28.

- Guimarães, J. F. da C. (2004), Adopção das “NIC” em Portugal, *Jornal da contabilidade* n° 325, pp. 1-5.
- Guimarães, J. F. da C. (2005), As NIC/NIRF e a Fiscalidade, *Guia do Contribuinte* n°41, pp.3, e *Jornal AIMINHO*, n°63, Dezembro, p.1.
- Guimarães, M. da C. (2007), “A Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade”, pp.51-64.
- Guimarães, J. F. C. (2010), “O Decreto-Lei n°158/2009 que aprovou o SNC, *Revista TOC Janeiro de 2010*, pp. 21-30.
- Harmonização Contabilística: Uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional, *Comunicação da Comissão*, pp.1-17.
- Horton, J. e Serafeim, G. (2008), Market Reaction and Valuation of IFRS Reconciliation Adjustments: First Evidence from the UK, London School of Economics, *Working Paper*, pp.3-8, 14-19 e 45-47.
- Hung, M. e Subramanyam, K.R. (2004), “Financial Statement Effects of Adopting International Accounting Standards: The Case of Germany”, University of Southern California, *Working Paper*, pp.3-11 e 35-37.
- IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.
- *Institute of Chartered Accountants in England and Wales (ICAEW)* em 2007 «EU Implementation of IFRS and Fair Value Directive», pp. 19-46.
- Karapinar, A. e Bayirly, R. (2002), Convergence and Harmonization with International Financial Reporting Standards: a perspective of Turkey, Gazi University, Turkey, *Working Paper*, pp.2-15.

- Lemos, E. (2006), Diferenças conceptuais entre a normativa contabilística internacional e a portuguesa.
- Leuz, C. (2002), IAS versus US GAAP: Information Asymmetry-Based Evidence from Germany's New Market, The Wharton School – The University of Pennsylvania, *Working Paper*, pp.2-4 e 30-31.
- Morais, A. I. e Lourenço, I. M. (2005), Normas Internacionais de Contabilidade – que implicações na apresentação das demonstrações financeiras? *Em Jornal de Contabilidade nº342*, pp. 340-345.
- Perramon, J. e O. Amat (2006), IFRS Introduction and its Effects on listed Companies in Spain, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, *Working Paper*, pp.17-19.
- Recomendação da CESR (The Committee of European Securities Regulators) 2003.
- Projecto de linhas de orientação para um novo modelo de normalização contabilística, *Publicação da CNC em 2003*.
- Regulamento da Comissão Europeia sobre a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em 2005 – Recomendação para a orientação adicional sobre a transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (2003), *Publicação CMVM*, pp. 1-11.
- Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade.
- Rocha, A. S. (2005), “A CNC esgotou-se no tempo e nos fins para que foi criada”, *Revista TOC de Outubro de 2005*, pp. 24-28.

- 
- Santos, A. I. L. e Ferreira, C. A. Normalização Contabilística e eficiência do Mercado de Capitais, *Working Paper*, pp.249-257.
  - Sattar, N. “As IFRS: O Impacto e as mudanças que aí vêm”, *Publicação Pricewaterhousecoopers*, pp.92-98.
  - Stenka, I., Ormrod, P., Chan, A. (2008), “Accounting for Business Combinations – The Consequences of IFRS Adoption for UK listed companies”, *Working Paper*, pp.1-5 e 21-22.
  - Sousa, J. L. e Osswald, G. (2005), Empresas são obrigadas a ter duas contabilidades, *Vida económica* 1115.

## Anexos

### Anexo 1 – Alterações ao POC de 1989

|   |
|---|
| Decreto-lei nº410/89 de 21 de Novembro, que melhorou o POC de 1977, associado à Quarta Directiva.   |
| Decreto-Lei nº238/91 de 2 de Julho, que transpôs para a ordem jurídica interna o tratamento contabilístico de consolidação de contas, alterando o POC de 1989, associado à Sétima Directiva.  |
| Decreto-Lei nº44/99 de 12 de Fevereiro, que acolheu o sistema de inventário permanente e a demonstração de Resultados por funções, e a definição dos elementos básicos que deve conter a listagem do inventário físico das existências.   |
| Decreto-lei nº79/2003 de 23 de Abril, que introduz a Demonstração de fluxos de caixa  |
| Decreto-lei nº88/2004 de 20 de Abril, que estabelece as condições de aplicação do justo valor, transpondo a Directiva nº2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Setembro  |
| Decreto-lei nº35/2005 de 17 de Fevereiro, transpôs a Directiva nº2003/51/CE do Parlamento europeu e do Conselho de 18 de Junho, relativa à modernização das directivas contabilísticas. Esta alterou as Directivas nºs 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/365/CEE e 91/674/CEE, relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros visando assegurar a coerência entre a legislação contabilística comunitária e as normas internacionais de contabilidade (NIC), em vigor desde 1 de Maio de 2002. Passando, Portugal, a cumprir com o estipulado no artigo 5º do Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, no que diz respeito à aplicação das NIC |

Fonte: Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho de 2009

**Anexo 2 – Tipo de ajustamentos com impacto no Capital Próprio e Resultado****Líquido, retirando a EDP da amostra.**

Unidade monetária: Milhares de euros

31-12-2004

|   | <b>CP</b>       | <b>RL</b>      |
|---|-----------------|----------------|
| <b>Pensões de reforma e outros benefícios para os empregados (IAS 19)</b> | -2.323.354      | -375.761       |
| <b>Despesas de instalação</b>   | -36.751         | 28.406         |
| <b>Acréscimos e diferimentos</b>  | -106.184        | 28.732         |
| <b>Efeitos de alterações de taxa de câmbio</b>                            | -1.987          | -615           |
| <b>Custos Diferidos</b>   | -28.817         | 8.558          |
| <b>Provisões (IAS 37)</b>   | 17.133          | -9124          |
| <b>Diferenças entre POC e IFRS nos Resultados Líquidos</b>                | 118.749         |                |
| <b>Ajustamentos de transição 1 de Janeiro 2004</b>                        | 233.023         |                |
| <b>Interesses Minoritários</b>  | 13.657          | 16.385         |
| <b>Imposto Diferidos (IAS 12)</b>   | 842.069         | 12.576         |
| <b>Participações financeiras</b>  | -254.081        | 404.317        |
| <b>Instrumentos Financeiros (IAS 39)</b>                                  | -64.197         | -75.002        |
| <b>Empresas associadas</b>  | 10.647          | 27.059         |
| <b>Activos Tangíveis e Intangíveis (IAS 16 e 38)</b>                      | -13.015         | 140.190        |
| <b>Amortizações</b>   | -54.804         | 19.063         |
| <b>Imobilizado em curso</b>   |                 | -1.710         |
| <b>Dividendos antecipados</b>   | -97.703         |                |
| <b>Acções preferenciais</b>   | 475409          | 15900          |
| <b>Acções Próprias</b>  | -225220         | -22788         |
| <b>Efeitos de Consolidação</b>  | 532389          | -93840         |
| <b>Goodwill (IFRS 3)</b>  | 231279          | 203754         |
| <b>Fundo para riscos bancários gerais</b>                                 | 140560          | 35408          |
| <b>Imparidade de crédito</b>  | -140900         | 24000          |
| <b>Imparidade de activos</b>  | -20.136         | 6.917          |
| <b>Empréstimos por obrigações convertíveis</b>                            | 3.415           | -3.999         |
| <b>Réditos - diferenças de tratamento contabilístico</b>                  | -9.406          | 3.657          |
| <b>Custos - diferenças de tratamento contabilístico</b>                   | -41.848         | -1.034         |
| <b>Imposto sobre o rendimento</b>   |                 | -972           |
| <b>Subsídios</b>  | 422             | -79            |
| <b>Outros</b>   | -35.288         | 7.115          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>-834.939</b> | <b>397.113</b> |

Legenda: CP – Capital Próprio e RL- Resultado Líquido do Exercício.

## **Anexo 3 – Rubricas constitutivas de cada valor de ajustamentos com impacto no Capital Próprio (CP) e Resultado Líquido (RL)**

### **1. Pensões de reforma e outros benefícios para empregados**

#### **Variação do CP:**

- Pensões de reforma e outros benefícios para os empregados, e Gratificações e remunerações variáveis – BCP
- Bónus aos empregados, Pensões de reforma e outros benefícios aos empregados – BES
- Responsabilidades com pensões – Colaboradores e Administradores, Prémios de antiguidade e Remuneração variável em acções RVA – BPI
- Pensões Outros benefícios de Reforma e Distribuição de Resultados a colaboradores – EDP
- Correção das responsabilidades por pensões – Gescartão
- Gratificações aos empregados – Teixeira Duarte
- Gratificação de Balanço – Cimpor
- Benefícios de reforma – PT

#### **Variação do RL:**

- Benefícios de Reforma, Distribuição de acções a empregados, e gratificações e remunerações variáveis – PT
- Outros benefícios aos empregados, Bónus aos empregados e Pensões de Reforma – BES
- Correção das responsabilidades por pensões – Gescartão
- Pensões e outros benefícios de reforma, Distribuição de resultados a colaboradores – EDP
- Benefícios de reforma e Stock Options – Brisa
- Responsabilidades com pensões – Colaboradores e Administradores, Prémios de Antiguidade e Remuneração variável em acções RVA – BPI
- Gratificação de Balanço e efeitos de adopção de emenda à IAS 19 – Semapa



- Gratificações aos empregados – Teixeira Duarte
- Pensões de reforma e outros benefícios para os empregados, Stock Options – BCP
- Gratificações e planos de atribuição de opções de compra de acções – Cimpor
- Pensões – Mota Engil

## **2. Despesas de instalação**

### **Variação do CP:**

- Despesas de instalação – Pararede
- Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento – PT
- Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento – ZON

### **Variação do RL:**

- Despesas de Instalação – Pararede
- Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento – PT
- Put Premium e Despesas de instalação – Brisa
- Despesas de instalação, investigação e desenvolvimento – ZON

## **3. Acréscimos e diferimentos**

### **Variação CP:**

- Acréscimos e diferimentos - Sonae

### **Variação RL:**

- Acréscimos e diferimentos – Sonae

## **4. Efeitos de alterações de câmbio**

### **Variação CP:**

- Efeito em reserva de conversão cambial – Cimpor
- Efeitos de alterações de taxas de câmbio – Teixeira Duarte

- Actualização cambial do Goodwill e do Justo Valor – Semapa

**Variação RL:**

- Actualização cambial do Goodwill e do Justo Valor – Semapa

**5. Custos Diferidos****Variação do CP:**

- Anulação de custos diferidos – Gescartão
- Custos diferidos – PT
- Anulação do “corridor” – Portucel
- Custos diferidos - ZON

**Variação do RL:**

- Custos diferidos – Brisa
- Anulação de custos diferidos – Gescartão
- Custos diferidos – PT
- Custos diferidos – ZON
- Custos diferidos – Mota Engil

**6. Provisões****Variação CP:**

- Anulação de provisões – Cofina
- Provisões para reestruturação – PT
- Provisões para reestruturação - ZON

**Variação RL:**

- Provisões e processos judiciais – Brisa
- Provisões – Pararede
- Provisões para reestruturação – PT
- Provisões para reestruturação - ZON

## **7. Diferenças entre POC e IFRS nos Resultados Líquidos**

### **Variação CP:**

- Diferenças entre POC e IFRS nos Resultados Líquidos – Media Capital
- Ajustamentos em resultados – Brisa
- Ajustamentos de resultados – Cimpor
- Diferencial de Resultado Líquido entre POC e IFRS – Cofina
- Ajustamentos do exercício por resultados – Teixeira Duarte
- Diferença de lucros retidos do período – Portucel
- Resultados retidos e RL – Reditus
- Diferenças entre POC e IFRS nos Resultados Líquidos – Mota Engil

## **8. Ajustamentos de Transição a 1 de Janeiro de 2004**

### **Variação CP:**

- Ajustamentos de transição 1 de Janeiro de 2004 – Media Capital
- Ajustamentos de conversão para IFRS em 1 de Janeiro de 2004 - Impresa
- Ajustamentos de transição a 1 de Janeiro de 2004 – Cimpor
- Ajustamentos de Transição – Teixeira Duarte
- Ajustamentos de transição a 1 de Janeiro de 2004 – Mota Engil

### **Variação RL:**

- Conta de hidraulicidade – EDP

## **9. Interesses Minoritários**

### **Variação CP:**

- Interesses minoritários – Cimpor
- Interesses minoritários – EDP
- Interesses minoritários – Teixeira Duarte
- Impacto dos ajustamentos nos interesses minoritários – PT

- Interesses minoritários – Brisa
- Impacto dos ajustamentos nos interesses minoritários – ZON
- Interesses minoritários - Reditus

**Variação RL:**

- Interesses minoritários – BES
- Interesses minoritários – EDP
- Interesses minoritários – Teixeira Duarte
- Interesses minoritários – Portucel
- Impacto dos ajustamentos nos interesses minoritários – PT
- Impacto dos ajustamentos nos interesses minoritários – ZON
- Interesses minoritários – Mota Engil

**10. Impostos Diferidos****Variação CP:**

- Impostos diferidos – BCP
- Impostos diferidos – BES
- Impostos diferidos – BPI
- Impostos diferidos – EDP
- Registo de impostos diferidos – Cofina
- Write-off de impostos diferidos - Semapa
- Activos por impostos diferidos relativos a ajustamentos de conversão – Gescartão

**Variação RL:**

- Impostos diferidos – BCP
- Impostos diferidos – BES
- Impostos diferidos – BPI

- Impostos diferidos – impacto dos ajustamentos por resultados – Cimpor
- Impostos diferidos associados aos movimentos anos anteriores – Media Capital
- Impostos diferidos – EDP
- Registo de impostos diferidos – Cofina
- Ajustamentos relativos a impostos diferidos – Gescartão
- Write-off de impostos diferidos – Semapa

## **11. Participações financeiras**

### **Variação CP:**

- Participações financeiras – net investment – BCP
- Instrumentos financeiros derivados – Brisa
- Participação na REN – EDP
- Ajustamento na mais-valia na venda de 49% da Secil – Semapa
- Valorização de Investimentos – BCP
- Activos financeiros detidos para venda – Teixeira Duarte

### **Variação RL:**

- Participações financeiras – net investment , Alienação da participação do Banco Sabadell, Alienação de empresas seguradoras e Valorização de investimentos – BCP
- Instrumentos financeiros derivados – Brisa
- Participação na REN – EDP
- Aquisição de participações financeira – Media Capital
- Mais-valia na venda da participação detida na Cimpor e ajustamento na mais-valia na venda de 49% da Secil – Semapa
- Activos financeiros detidos para venda – Teixeira Duarte

## **12. Instrumentos financeiros**

### **Variação CP:**

- Instrumentos financeiros – Portucel
- Investimentos financeiros (disponíveis para venda) e Instrumentos Financeiros – PT
- Instrumentos financeiros – Sonae
- Justo valor de derivados - Cofina
- Justo valor de instrumentos financeiros derivados – Semapa
- Contabilidade de cobertura – BCP
- Operações de cobertura – EDP

### **Variação RL:**

- Instrumentos financeiros – Portucel
- Instrumentos financeiros – Sonae
- Instrumentos financeiros – PT
- Derivados registados ao justo valor e Desconto dos saldos a liquidar e a receber – Media Capital
- Contabilidade de cobertura – BCP
- Operações de cobertura – EDP

## **13. Empresas associadas**

### **Variação CP:**

- Empresas associadas – BPI
- Participação em associadas (CCR) – Brisa
- Investimentos em associadas – Teixeira Duarte

### **Variação RL:**

- Empresas associadas, e Diferenças cambiais e empresas associadas – BPI
- Participação em associadas (CCR) – Brisa
- Valorização do investimento em associadas – Media Capital

- 
- Investimentos em associadas – Teixeira Duarte

#### **14. Activos tangíveis e Intangíveis**

##### **Variação CP:**

- Imobilizado incorpóreo – BCP
- Activos intangíveis e custos diferidos – BES
- Activos tangíveis disponíveis para venda, e Activos intangíveis – BPI
- Activos tangíveis e intangíveis – EDP
- Imobilizações, e Propriedades de investimento – Sonae
- Desreconhecimento de activos intangíveis – Portucel
- Anulação de imobilizado – Cofina
- Anulação de imobilizações incorpóreas e corpóreas – Gescartão
- Obrigações com desmantelamento de activos, e transacções de sale ou lease-back - PT
- Investigação e desenvolvimento – PARAREDE
- Obrigações com o desmantelamento de activos, e transacções de sale ou lease-back - ZON

##### **Variação RL:**

- Imobilizado incorpóreo – BCP
- Activos intangíveis e custos diferidos – BES
- Activos tangíveis disponíveis para venda, e Activos Intangíveis – BPI
- Activos Tangíveis e Intangíveis – Cimpor
- Imobilizações, e propriedades de investimento – Sonae
- Activos tangíveis e intangíveis – EDP
- Anulação de imobilizado – Cofina
- Não capitalização de imobilizações corpóreas e incorpóreas – Gescartão
- Obrigações com desmantelamento de activos, e transacções de sale ou lease-back – PT
- Propriedades de investimento – Teixeira Duarte

- Investigação e desenvolvimento – Pararede
- Obrigações com desmantelamento de activos, e transacções de sale ou lease-back – ZON

## 15. Amortizações

### **Variação CP:**

- Amortização de revalorização de activos intangíveis, e Anulação de amortização/custear despesas de imobilizado – Corticeira Amorim
- Alteração critério amortizações – Semapa
- Reversão de amortização de despesas de instalação, Reversão da amortização de trespasses – Impresa
- Amortização das licenças de telecomunicações – PT
- Taxa Efectiva - BCP

### **Variação RL:**

- Política de amortização do imobilizado corpóreo – Címpor
- Amortizações – Portucel
- Amortização da revalorização de activos intangíveis, e Anulação de amortização/custear despesas de imobilizado – Corticeira Amorim
- Anulação de amortizações não capitalizáveis – Gescartão
- Alteração critério amortizações – Semapa
- Reclassificação dos custos OPV – Impacto nas amortizações do exercício – Media Capital
- Reversão da amortização de trespasses – Impresa
- Amortização das licenças de telecomunicações – PT
- Taxa Efectiva – BCP
- Amortizações – Reditus
- Reversão da amortização do imobilizado corpóreo, e reversão da amortização das propriedades de investimento – Mota Engil



**16. Imobilizado em curso****Variação RL:**

- Imobilizado em curso – Brisa

**17. Dividendos antecipados****Variação CP:**

- Dividendos antecipados - BCP

**18. Acções preferenciais****Variação CP:**

- Acções preferenciais – BCP
- Acções preferenciais na carteira do BPI Vida, e Dividendos antecipados de acções preferenciais – BPI

**Variação RL:**

- Acções preferenciais – BCP

**19. Acções próprias****Variação CP:**

- SIBA – BES
- Activos financeiros disponíveis para venda – Brisa
- Equity swaps sobre acções próprias – PT
- Financiamento por acções próprias – BCP

**Variação RL:**

- SIBA – BES
- Activos financeiros disponíveis para venda – Brisa
- Equity swaps sobre acções próprias – PT

## **20. Efeitos de Consolidação**

### **Variação CP:**

- Efeitos de consolidação dos SPE'S – BCP
- Diferenças de consolidação, Aplicação do método proporcional, e Inclusão de empresas excluídas – Sonae
- Alteração do perímetro de consolidação – BES

### **Variação RL:**

- Efeitos de consolidação dos SPE'S – BCP
- Anulação da Amortização das diferenças de consolidação – Cofina
- Alteração do perímetro de consolidação – BES
- Aplicação do método proporcional, e Inclusão de empresas excluídas – Sonae
- Reconhecimento de diferenças de consolidação negativas, e resultados das empresas não consolidadas – Mota Engil

## **21. Goodwill**

### **Variação CP:**

- Goodwill da SIC e Badwill Inter Risco – BPI
- Goodwill – Brisa
- Concentração de actividades empresariais e Goodwill – Cimpor
- Goodwill – Pararede
- Correção de “badwill” registado, e Eliminação da amortização do “Goodwill”, Não amortização do Goodwill – Gescartão
- Alocação do Goodwill gerado na aquisição de empresas, e Amortização do Goodwill – PT
- Amortização do Goodwill – EDP
- Impacto da anulação da amortização do Goodwill - Semapa
- Amortização do Goodwill, e alocação do goodwill gerado na aquisição de empresas - ZON

**Variação RL:**

- Goodwill da SIC e Badwill Inter Risco – BPI
- Goodwill – Brisa
- Concentração de actividades empresariais e Goodwill – Cimpor
- Goodwill – Pararede
- Goodwill – Teixeira Duarte
- Correção do Badwill registado, e Eliminação da amortização de “Goodwill” – Gescartão
- Alocação do Goodwill gerado na aquisição de empresas, e Amortização do Goodwill – PT
- Amortização do Goodwill – EDP
- Não amortização do Goodwill – Corticeira Amorim
- Impacto da anulação da amortização do Goodwill - Semapa
- Amortização do Goodwill, e alocação do Goodwill gerado na aquisição de empresas - ZON

**22. Fundo para riscos bancários gerais****Variação CP:**

- Fundos para riscos bancários gerais - BES

**Variação RL:**

- Fundos para riscos bancários gerais - BES

**23. Imparidade de crédito****Variação CP:**

- Imparidade de crédito - BCP

**Variação RL:**

- Imparidade de crédito – BCP

**24. Imparidade de activos****Variação CP:**

- Imparidade na subsidiária SC Gabes – Semapa
- Imparidade de activos - Portucel

**Variação RL:**

- Imparidade na subsidiária SC Gabes – Semapa

**25. Empréstimos por obrigações convertíveis****Variação CP:**

- Empréstimos por obrigações convertíveis - PT

**Variação RL:**

- Empréstimos por obrigações convertíveis - PT

**26. Réditos - diferenças de tratamento contabilístico****Variação CP:**

- Reconhecimento da receita - PT

**Variação RL:**

- Reconhecimento da receita - PT
- Réditos – diferenças de tratamento contabilístico – Portucel

**27. Custos – diferenças de tratamento contabilístico****Variação CP:**

- Reclassificação dos custos com OPV – Media Capital
- Custos com aquisição de clientes – PT
- Desvalorização de activos biológicos – Portucel
- Ajustamentos relacionados com a actividade regulada – EDP

**Variação RL:**

- Custos - diferenças de tratamento contabilístico – Portucel
- Custos com aquisição de clientes – PT
- Custos de reestruturação de empréstimos – Media Capital
- Ajustamentos relacionados com a actividade regulada – EDP

**28. Imposto sobre o rendimento****Variação RL:**

- Imposto sobre o rendimento – Portucel
- Imposto do exercício – Mota Engil

**29. Subsídios****Variação CP:**

- Subsídios para encargos de concessão – EDP
- Subsídios – Pararede

**Variação RL:**

- Subsídios - Pararede
- Subsídios para encargos de concessão – EDP

## Anexo 4 – Impacto da aplicação das IFRS pela primeira vez nas empresas que seguiram a recomendação da CERS

### Painel A – No Capital Próprio

Unidade monetária: Milhares de euros

|                                 | POC/PCSB       | IFRS           | VARIAÇÃO       | %             |
|---------------------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| Sonaecom                        | 323.678        | 257.049        | -66.629        | -20,58        |
| Novabase                        | 69.434         | 67.414         | -2.020         | -2,91         |
| Jerónimo Martins                | 41.103         | 46.221         | 5.118          | 12,45         |
| <b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b> | <b>434.215</b> | <b>370.684</b> | <b>-63.531</b> | <b>-14,63</b> |

Legenda: POC – Plano Oficial de Contabilidade, PCSB – Plano de Contas do Sistema Bancário;

IFRS – International Financial Reporting Standards.

### Painel B – No Resultado Líquido do Exercício

Unidade monetária: Milhares de euros

|                    | POC/PCSB        | IFRS            | VARIAÇÃO      | %            |
|--------------------|-----------------|-----------------|---------------|--------------|
| Sonaecom           | -74.536         | -65.105         | 9.431         | -12,65       |
| Novabase           | 9.459           | 8.504           | -955          | -10,10       |
| Jerónimo Martins   | -209.803        | -204.377        | 5.426         | -2,59        |
| <b>TOTAL DO RL</b> | <b>-274.880</b> | <b>-260.978</b> | <b>13.902</b> | <b>-5,06</b> |

Legenda: POC – Plano Oficial de Contabilidade, PCSB – Plano de Contas do Sistema Bancário;

IFRS – International Financial Reporting Standards.